

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

No desenvolvimento de uma questão já colocada anteriormente, e a que o Governo não respondeu, chegou ao nosso conhecimento que a administração conjunta da Carris, Metro, Transtejo e Soflusa está a agravar o seu comportamento à margem da lei, utilizando o medo, a chantagem e a mentira como instrumentos para atingir os seus fins, que serão os fins que o Governo lhe terá ordenado prosseguir.

Em concreto:

- Vimos o Presidente dos Conselhos de Administração dessas quatro empresas assumir publicamente (entrevista ao Diário Económico de 15-05-2015) que estava já criada a empresa «Transportes de Lisboa», o que é uma completa falsidade. Como o próprio Governo afirmou, respondendo ao PCP na comissão parlamentar, a «Transportes de Lisboa» é uma marca e não uma realidade jurídica.
- Vimos, na mesma entrevista, o Presidente dos CA dessas quatro empresas assumir a “redução” de 350 trabalhadores nessas empresas e profundas alterações na organização das mesmas, ao mesmo tempo que continua a afrontar a lei e a negar os direitos das Comissões de Trabalhadores no quadro do processo de reestruturação.
- Conhecemos inúmeras situações de trabalhadores que estão a ser pressionados e chantageados pelas administrações das quatro empresas no sentido de aceitarem serem transferidos de empresa, apresentando o despedimento como alternativa à aceitação «voluntária» dessa completa ilegalidade.
- Fomos alertados para que o CA dessas quatro empresas está a preparar um documento jurídico, a ser obrigatoriamente assinado de forma «voluntária» pelos trabalhadores que não queiram ser despedidos, e onde os trabalhadores ainda teriam de aceitar, igualmente de forma «livre e voluntária», a saída da sua contratação coletiva para não serem despedidos.

O que se torna evidente é que o Governo quer criar uma empresa, a «Transportes de Lisboa», fundindo as quatro empresas, Carris, Metro, Transtejo e Soflusa, para funcionar como gestora de subconcessões e subcontratações. Mas apercebeu-se que fazendo-o da forma legal – aprovando uma lei enquadradora, ouvindo as Comissões de Trabalhadores, respeitando a contratação coletiva existente – seria mais difícil alcançar os seus verdadeiros objetivos: despedir, reduzir salários, reduzir direitos, aumentar as margens de lucro para o capital. E optou por este caminho inaceitável e incompatível com o Estado de Direito.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia, o seguinte:

1. Como explica o Governo o comportamento da Administração da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa? Que ordens foram dadas que possam explicar este comportamento?
2. Sabendo como esta reestruturação merece a oposição dos trabalhadores, dos utentes e das autarquias da região, vai o Governo deixar finalmente de colocar os seus objetivos eleitorais acima do interesse nacional e recuar na aplicação destas medidas?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 18 de Maio de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)